

Entre o negro e o cinza

ANTONIO CARABALLO

A partir desta semana, concluída boa parte do processo eleitoral, o Palácio do Planalto terá que desdobrar-se para administrar uma discussão que promete crescer em direção a 1991: aumenta a dúvida, dentro e fora do Governo, a respeito da eficácia do arrocho monetário como instrumento suficiente para quebrar a perigosa estabilização dos índices inflacionários nos dois dígitos mensais, sem quebrar, também, bom número de empresas e arriscar a delicada estabilidade social que o País apresenta.

Hoje, não são poucos os que juram vivermos uma "inflação de custos", ao invés da "inflação de demanda" que ameaçou levar o pânico à equipe econômica, meses atrás. Os custos financeiros vão sendo apontados como os novos algozes da economia nacional. A dieta monetária em vigor é fundamental para acabar com o crônico déficit público brasileiro. O problema é que os desajustes de nossa estrutura produtiva são de tal ordem que o congelamento da ação estatal e a baixa liquidez ameaçam deixar sequelas sérias no organismo que procuram recuperar. Uma dessas sequelas seria o aprofundamento da recessão ao longo de 1991.

O governo Collor certamente

tem consciência de que caminha sobre o fio da navalha. Mas deve contar operar a reestruturação econômica até o final do ano que vem, dentro de um custo (social, político e econômico) suportável. Lembrando Maquiavel, seria algo como fazer todo o mal (necessário) de uma só vez, ao longo de 1990 e 1991, para colher os dividendos políticos ao fazer o bem (modernização do País, expansão do mercado de trabalho, crescimento do salário real, melhoria da qualidade de vida de amplos contingentes de desca- misados) nos três anos seguintes de mandato.

A dúvida é se esse custo será efetivamente suportável — e administrável, social e politicamente. O projeto de entendimento nacional serve como termômetro para medir essa pressão social e econômica, ao mesmo tempo em que funciona como laboratório para a busca de saídas consensuais que previnam uma explosão. É evidente, porém, que nem o Governo ou qualquer dos participantes de mais essa tentativa de diálogo nacional arriscariam prever, hoje, que resultados poderão ser obtidos ou até onde esse embrião de pacto social poderá ir.

De qualquer modo, muitos exercícios de quiromancia técnica, que buscam ampliar a visibilidade sobre o quadro de 1991, seja por dever

funcional ou vaidade intelectual, (apesar do preconceito presidencial contra a futurologia dos economistas), convergem para dois cenários básicos: um deles **negro**, fruto da convicção de que o custo social, político e econômico do programa de estabilização não ficará dentro da faixa do suportável pela atual estrutura social brasileira, mantidas as atuais diretrizes; e outro **cinza**, onde algumas concessões da política governamental abririam espaço para uma expansão modestamente positiva do produto no ano que vem, suficiente para evitar a estagnação, ainda que ampliando o risco de não se encaminhar reformas tão profundas quanto as prometidas pelo Presidente da República.

A gradação do cinza, nesse cenário de conciliação entre o desejável e o viável, ainda está na dependência de questões inconclusas, como o destino da economia internacional frente ao desfecho da crise no Golfo Pérsico, e a questão do acerto brasileiro com seus credores externos (oficiais e privados). Uma coisa, no entanto, desde já é certa: a fragilidade de nosso sistema de seguridade (ainda que o governo cogite melhorar o seguro-desemprego) não suporta o **replay** de 1990, no que toca a um crescimento negativo da economia. Algo pior, então, nem pensar.

CORREIO BRAZILENSE

30 SET 1990